



CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ILHA  
REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2010**

----- Aos vinte e oito dias do mês de Maio de dois mil e dez, pelas dez horas e quinze minutos, na Casa das Tias de Nemésio, Praia da Vitória, reuniu o Conselho de Ilha, em sessão ordinária. -----

----- Feita a chamada pela segunda secretária Ana Rita Branco verificou-se a presença dos seguintes membros: -----

----- António Maio (Presidente da Mesa do Conselho de Ilha), Francisco de Oliveira (Vice-Presidente), Ana Rita Branco (2º Secretário), Fernando Siuve de Meneses (1º Secretário), Ricardo Barros (Presidente da Assembleia Municipal de Angra), Francisco Cota de Oliveira em substituição de Andreia Cardoso da Costa (Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo), Roberto Monteiro (Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, António Alves (Representante da A.M de Angra do Heroísmo), Rui Castro (Representante da A.M da Praia da Vitória), Carlos Santos (Representante da Câmara Do Comércio de Angra do Heroísmo) e Victor Silva (Representante dos Sindicatos). Dos Deputados: António Toste Pereira (PS), José Gaspar (PS), Clélio Meneses (PSD). -----

----- Apresentaram participação de falta, o que foi aceite, os Senhores Conselheiros João Luís Sanchez dos Santos, Verónica Dalila Moules Bettencourt, Paulo Jorge Silva Ribeiro, Sandro Rebelo Paim, José Manuel Pimentel Dias e Guilherme Ferreira de Melo.

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

----- **ACTA DA REUNIÃO DE VINTE E DOIS DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZ REFERENTA Á APROVAÇÃO DO PROTA. O Senhor Presidente da Mesa pôs em consideração a aprovação da acta Submetida a votação, foi aprovada, por unanimidade.** -----

----- Após saudar todos os presentes o **Senhor Presidente da Mesa** referiu que o Período Antes da Ordem do Dia, com a duração máxima de uma hora, competia tratar de assuntos de interesse para a Ilha. Foram sugerido alguns temas para abordagem em Reunião de Conselho de Ilha os seguintes temas: as Bagagens dos Emigrantes – foi sugerido pelo Conselheiro António Alves; a Recuperação do Castelinho, o Hospital da Boa Nova, Serretinha, Via Vitorino Nemésio – foi sugerido pelo Conselheiro Guilherme Melo e o Inatel – foi sugerido pelo Deputado Municipal de Angra do Heroísmo Nuno Melo Alves. -----

----- O **Senhor Presidente da Mesa** salientou o facto de serem situações pontuais para reflexão dos aspectos mais relevantes e que o objectivo da mesa era servir de elo de ligação entre as preocupações manifestadas pelos Conselheiros e o poder executivo ou a quem de direito. -----



## CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

-----O **Conselheiro Senhor António Alves** usou da palavra para demonstrar a sua opinião sobre as Ligações da Companhia SATA como os Estados Unidos e Canadá. Na opinião daquele **Conselheiro** o desagrado dos emigrantes era no sentido de os voos directos serem apenas para Ponta Delgada, Lisboa ou Porto o que não se justificava quanto à quantidade de passageiro. Por um lado, o facto de na vinda, a Companhia SATA, a viagem até Ponta Delgada podiam transportar até quarenta e cinco quilos, depois para na deslocação para as outras Ilhas tinham de fazer voos de ligação ou seja, tinham de levantar a bagagem, fazer novo check-in e só podiam transportar até vinte quilos, assim pagavam sempre excesso de bagagem. Sendo a mesma companhia, era lamentável.-----

-----A seguir, interveio o **Senhor Presidente da Mesa**, mencionando que a mesa registava as informações, que esta era uma questão muito abordada em anteriores reuniões, que a Mesa do Conselho de Ilha chegou a falar com o Administrador da SATA à uns anos atrás e a justificação tinha a ver com as limitações de transporte de carga que operavam inter-ilhas da SATA. Que a Mesa ia mais uma vez diligenciar junto da SATA neste sentido.-----

----- Posteriormente, interveio o **Deputado Senhor Clélio Menezes**, começando por referir que era uma questão muito debatido anteriormente. Que o problema peso, carga, capacidade do avião e dimensão do porão era uma desculpa que caía por terra quando uma pessoa, depois de pagar, podia transportar a carga. Lamentou o facto pois era mau para o desenvolvimento e gerava uma má imagem para a região.-----

----- De seguida, o **Deputado Senhor António Toste Parreira** usou da palavra para explicar que uma coisa era a SATA Internacional, outra era a SATA Regional. Deu o exemplo de o Voo Estados Unidos – Ponta Delgada, terminado o Voo Internacional com a chegada a Ponta Delgada, os restantes eram Voos Domésticos. Quanto à bagagem referiu que todos os passageiros recebiam as suas bagagens, podiam era não receber no mesmo dia pois, como não havia espaço no porão, a bagagem era transportada noutro voo, mas lamentou o facto dos emigrantes terem de pagar o excesso de bagagem.-----

-----O **Conselheiro Senhor António Alves** acrescentou que era uma situação discriminatória o facto de quando qualquer Emigrante do Canadá ou Estados Unidos que pretendia de deslocar à região tinha sempre que passar por Ponta Delgada, tinha de pagar nova passagem e a carga em excesso, situação esta que tinha que ser corrigida, pois era mau para a Região.-----

-----O **Conselheiro Senhor Rui Castro** usou da palavra para referir que concordou com o facto de um voo internacional ser uma coisa e o voo doméstico outra, mas como era feito pela mesma companhia, e não companhias diferentes como era o caso, era de uma extrema desigualdade o que estava a acontecer às oito ilhas e não com S. Miguel.---

-----De seguida, o **Deputado Vítor Silva** interveio referindo que subscrevia o que já tinha sido dito e sugeriu que fosse dado mais informação às pessoas, que mal chegassem a Ponta Delgada tinham de fazer voos de ligação com as outras ilhas e tinham de pagar tanto o voo como se tinham bagagem a mais. Assim as pessoas já iam estar mais informadas. Ainda para o facto de os novos aviões da SATA possuírem capacidade para mais carga, seria de novo útil chamar a atenção dos administradores da SATA para a situação.-----

----- Posteriormente, o **Conselheiro Senhor Roberto Monteiro**, começou por referir que subscrevia na íntegra tudo o que já foi dito e mas que havia duas coisas a distinguir, um era o contributo indirecto que os Açorianos estão dando para a criação da escala e



## CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

racionalidade nos voos da SATA e o contributo que era dado quando pagavam os bilhetes de avião para Ponta Delgada e de Ponta Delgada para a sua Ilha de origem. -----

----- O **Conselheiro Senhor Carlos Santos** interveio referindo que também subscrevia o que havia sido dito, e lamentava o facto de um assunto como bagagens levasse anos a ser discutido e não se chegar a uma conclusão. Assim, vinha realçar a incapacidade reivindicativa junto de quem de direito e da incapacidade do Conselho de Ilha em se fazer ouvir junto de quem de direito. -----

----- De seguida, interveio o **Senhor Presidente da Mesa** respondeu que, em nome do Conselho, assumia as limitações do órgão. Que era um problema efectivo e que não se compreendia porque ainda não tinha sido resolvido. A desculpa habitual era sempre as limitações dos aparelhos mas também concordava que teria de haver outra solução. -----

----- O **Conselheiro Senhor Ricardo Barros** usou da palavra para referir que a SATA não era uma companhia LOW COST qualquer, que quando fizessem preços, tinham de pensar nos Açores e não apenas em S. Miguel pois era a ilha que davam mais lucro. O importante era o Conselho de Ilha manifestar publicamente a sua insatisfação. --

----- O **Senhor Presidente da Mesa** usou da palavra para responder que a mesa corporizava as opiniões expressas e que ao transmitir junto à Administração da SATA e da Tutela do Sector iam fazer chegar a opinião de total unanimidade manifestada do Conselho. -----

----- Interveio, em segunda instancia, o **Deputado Senhor Clélio Meneses** para esclarecer o que referiu anteriormente. Quanto à questão da capacidade não tinha sido bem interpretado por alguns Conselheiros, que a sua intervenção tinha vindo no sentido que achava absurdo que um passageiro, que tinha feito o voo os Estados Unidos até Ponta Delgada, pagava o excesso mas o avião tinha capacidade para a carga. Outro ponto, como referiu outros Conselheiros, ou defendia-se que não se deve pagar ou que se deve, que deviam de deixar de existir posições dúbias pois eram elas que faziam com que se levasse tantos anos a discutir o assunto. Que concordava de alguma forma o **Conselheiro Senhor Ricardo Barros** já tinha referido de o Conselho ter uma posição clara e pública sobre o assunto. O mesmo **Conselheiro** ressaltou que falava-se muito na valorização da emigração, da diáspora e do potencial económico da emigração, mas com as políticas assumidas pela SATA, não havia incentivo. Finalizou, referindo a questão da ligação directa semanal dos Estados Unidos / Terceira. Era uma questão já debatida anteriormente pelo Conselho de Ilha e deu conhecimento que no dia um de Junho de dois mil e sete o Grupo Parlamentar do PSD deu entrada uma proposta no Parlamento dos Açores para que fosse avaliado o potencial de uma ligação directa semanal entre a Terceira e a América do Norte face às expectativas existentes quer nos Açores quer nas Comunidades Emigrantes, proposta que foi chumbada pelo Grupo Parlamentar PS. O objectivo da proposta era avaliar o potencial de uma ligação, de fazer um estudo aos benefícios da ligação, como o debatido problema das bagagens, visto ser um voo directo.

----- O **Conselheiro Senhor Rui Castro** interveio para referir que era um problema comum a todas as Ilhas dos Açores, à excepção de S. Miguel. Propôs à mesa que o Conselho de Ilha trocasse impressões com outros Conselhos de Ilha de outras Ilhas para, junto da Administração da SATA, debatem o problema em conjunto visto que não era um problema apenas do interesse da Terceira. -----

----- De seguida, interveio o **Senhor Presidente da Mesa** respondeu que agradecia a sugestão, que nunca o Conselho de Ilha tinha pensado na ligação com outros Conselhos de Ilha mas que o falar e partilhar preocupações era benéfico, pois era um facto que atinge as outras oito Ilhas. -----



## CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

-----Ouvidas as diversas participações dos Conselheiros presentes, o **Senhor Presidente da Mesa** propôs passar a outros temas de antes da Ordem do Dia. -----

De seguida, interveio o **Conselheiro Senhor Clélio Meneses** para falar sobre o problema do Hospital Militar da Boa Nova, que falavam na recuperação do edifício para fazer um Museu Militar. Mencionou que continuava num estado degradante e era uma questão que merecia que o Conselho de Ilha tomasse uma posição clara para que se resolvesse. -----

----- O **Senhor Presidente da Mesa** questionou o Conselho se alguém saberia se o Hospital era já pertence da Região. Que era um assunto que já se falava há muitos anos e o que tinha sido informado era que a Região estava a tentar tomar posse edifício para se fazer o Museu Militar. -----

----- De seguida, participou o **Conselheiro Senhor Fernando Sieuve de Menezes** para falar sobre o Parque de Exposições da Ilha Terceira. Referiu que estão a ser feitas obras de remedeio para montagem de tendas no parque, enquanto a situação judicial não estiver resolvida. Ressalvou o facto de se fossem avaliar o que estava a ser feito era uma tentativa de remediar uma fase que não era a primeira, que era a fase de construção do pavilhão, e que não era aceitável o estarem a adiar permanentemente a situação e que brevemente iria iniciar a obra do Parque de Exposições em Ponta Delgada que nem se falava dele. Que havia uma falta de capacidade e força para resolver muitos dos problemas políticos da Ilha Terceira. -----

----- O **Conselheiro Senhor Carlos Santos** acrescentou que o ponto da situação em que o Parque de Exposições de Angra se encontrava era que a primeira fase estava nos tribunais mas que as Entidades Oficiais não tinham grande culpa. Quanto às outras fases, os projectos estavam concluídos, que o Governo Regional tinha os projectos e julgava estarem em condições para colocar a concurso essas fases. Por outro lado, ressalvou que os processos reivindicativos da Ilha caíam sempre por terra. Que, como mencionou o **Conselheiro Senhor Fernando Sieuve**, de iriam iniciar as obras do Parque de Exposições em Ponta Delgada e que o da Terceira já há anos andavam a falar e a tratar do assunto, levavam anos a ser discutido. -----

----- O **Deputado Senhor Clélio Meneses**, o interveio para mencionar que o que a informação que tinha era que o problema do arranque da obra do Parque de Exposições tinha a ver com o concurso, mas que eram entraves normais do processo, o problema eram as decisões políticas tomadas com muitos anos de atraso. -----

----- De seguida, interveio o **Senhor Presidente da Mesa** apenas para questionar o **Conselheiro Senhor Carlos Santos** que, como referiu na sua intervenção que as outras fases os projectos estavam concluídos, uma vez que a primeira fase estava nos tribunais se podiam tecnicamente lançar a concurso. A resposta da Mesa foi que sim. -----

----- O **Conselheiro Senhor Cota Rodrigues** acrescentou que a culpa era de todos pois politizavam demais as coisas e isso prejudicava a Ilha. Deu três exemplos em que isso aconteceu: a obra da Via Rápida, a Biblioteca Pública e o Cais de Cruzeiros, as voltas que os processos deram e reforçou a ideia que, sempre que se queria avançar com alguma coisa na Ilha Terceira, gerava-se o problema, que em S. Miguel as coisas não eram assim. Concluiu dizendo que enquanto os políticos não percebessem que e puserem o interesse da Ilha acima dos interesses dos partidos que representam, gerava o atraso das projectos, prejudicando a Ilha. -----

----- Interveio, em segunda instância, o **Deputado Senhor Clélio Meneses** para mencionar que ficou surpreendido com o ataque que um político fez aos políticos, pois o problema não era dos políticos mas da empresarialização da vida pública. As empresas



## CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

públicas, sociedades públicas e sociedades anónimas eram senhores que não tinham sido eleitos pelos cidadãos e que tinham responsabilidades públicas, estavam em cargos que não tinham nenhum controlo público ou sindicância pelas suas acções e eram eles quem tinham poder e mandavam. Esse é que era o problema. -----

----- Interveio o **Conselheiro Senhor Cota Rodrigues** em resposta dizendo que, não quis dizer que os debates políticos eram importantes, referiu foi às pessoas que falam do que não sabem, que sempre que preconizam obras para a Ilha gerava-se um debate e luta política que era prejudicial à Ilha, pois a Ilha perdeu a capacidade reivindicativa. -----

----- O **Senhor Presidente da Mesa** usou da palavra apenas para referir que, não era apologista do tempo o Dr. Mota Amaral, mas a metodologia que foi seguida na altura deveria ter sido seguida dos tempo actuais, pois lembrou o Hotel do Caracol, foi um problema complexo, houve muito debate e a sociedade civil se pronunciou. Mas o que era certo era que se conseguiu uma solução de compromisso, um excelente hotel, a salvaguarda da Baía e uma volumetria equilibrada e isso foi possível porque houve um contributo activo de todos para salvaguardar aquilo que foi feito fosse de qualidade. ----

----- O **Conselheiro Senhor Fernando Sieuve de Menezes** usou da palavra para reforçar o que havia sido tido, deu o exemplo da Biblioteca Pública, que muitas coisas tinham sido feitas sem o conhecimento público e era importante a sociedade civil discutir, debater questões importantes, para não acontecer o que aconteceu à Biblioteca.

----- Finalmente, o **Deputado Vítor Silva** interveio para mencionar a importância na participação dos debates civis, que tinha havido um esvaziamento na participação dos debates e que o contributo de todos eram úteis para se conseguir fazer melhor. Na opinião do Conselheiro não eram os contributos que atrasavam as obras mas sim que estava por detrás dos políticos como tinha mencionado o **Conselheiro Clélio**. -----

----- Terminado o Período Antes da Ordem do Dia, às onze horas e trinta minutos. ----

## PERÍODO DA ORDEM DO DIA

### ----- 1. FACTORES QUE DETERMINAM A COMPETITIVIDADE DAS EMPRESAS NA ILHA TERCEIRA E ANÁLISE DA POLÍTICA LOCAL DE EMPREGO. -----

----- O **Senhor Presidente da Mesa** deu uma breve explicação porque tinha originado a realização daquela reunião. Que era devido à crise regional, nacional e mundial de grande alcance e havia a mistura no mesmo ponto o mundo empresarial e o mundo laboral, não era para criar antagonismo entre os dois mundo mas sim era para evidenciar e reflectir sobre a forma como ambos podiam ser aproveitados no sentido de potenciar riqueza, mais valias e produtividade à Ilha. -----

----- O **Conselheiro Senhor Carlos Santos** usou da palavra para mencionar que a Câmara do Comércio estava muito preocupada com a situação actual das empresas, que ao longo dos anos nunca tinham sido tão assediados pelos associados por causa dos seus problemas e preocupações como no momento. O que realçava a situação era que vêm os próprios empresários preocupados, para não dizer assustados com a crise. As medidas que achava que deviam ser tomadas era trabalhar e arranjar soluções que possam diminuir a situação. O Governo Regional tinha tomado algumas medidas que não tinham tido muito efeito porque as empresas tinham dificuldades em chegar às medidas pois a banca apertava cada vez mais o acesso ao crédito. Perante a situação, o **Conselheiro**



## CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

sugeriu que deveriam ser tomadas medidas no sentido de valorizar e tornar competitivo os produtos que criavam mais valias para os Açores, mexer na Legislação que taxava os produtos dos Açores, como o queijo e o leite, criação de facilidades de integração de empresas e funcionários locais nos concursos, custo de energia, transportes, e mexer na Legislação laboral, como por exemplo, pagamento de horas extraordinárias a funcionários, baixar alguns custos. -----

----- De seguida, interveio o **Conselheiro Senhor Roberto Monteiro**, pedindo permissão para falar nos dois pontos da Ordem do dia em conjunto. Quanto à Competitividade Empresarial. Mencionou que quer no âmbito das instituições públicas, quer ao nível das empresas particulares, dificilmente voltaremos a ter um cenário com tivemos porque a crise apontava esse sentido. Que um dos passos a serem dados a nível de apoios à Competitividade, com a Câmara do Comércio a liderar o processo com meios e apoios governamentais, era fazer-se um diagnóstico efectivo ao comportamento das despesas e ao comportamento das receitas. Outro ponto tinha a ver com o que importamos e exportamos. O **mesmo Conselheiro** salientou o facto de que era um absurdo o números de Importações que a Região fazia em produtos hortícolas e agrícolas. Uma das medidas a tomar era fazer-se uma análise às Importações e em relação a essas Importações analisar se tínhamos capacidade de produzir com rentabilidade e competitividade. -----

----- O mesmo Conselheiro referiu que quanto à Competitividade Empresarial tinha quatro pontos fundamentais: os Transportes e a Plataforma Logística, a Qualidade da Gestão e Formação dos Recursos, os Parques Empresariais e a Política local de emprego.

----- Quanto aos Transportes, mencionou que na Praia da Vitória deveria ter uma Plataforma logística para distribuição de carga para os grupos Central e Ocidental e as ligações entre as Ilhas que se tornariam constantes, regulares e mais frequentes fazia todo o sentido se contribuísse para que as outras ilhas tivessem redução de custos nos transportes de mercadorias e isso resultaria em ganhos para a economia açoriana. -----

----- Quanto à Qualidade da Gestão e Formação dos Recursos das Empresas, referiu que a Ilha deveria apostar na formação profissional pois possuía meios para o fazer com a aberturas das Novas Escolas Profissionais, a Universidade dos Açores como o novo Curso de Gestão, assim, ser capazes de preparar recursos e apoio às empresas quanto à necessidade do mercado. -----

----- Quanto aos Parques Empresariais explicou que demonstrava uma estratégia e potenciava a fixação dos jovens, quer por via dos novos espaços urbanísticos, quer pela criação de uma zona de excelência, para criação/instalação de empresas e potenciação de novos empregos. -----

----- Quanto à política local de Emprego reforçou ser necessário a manutenção dos postos de trabalho existentes e dar qualidade destes mesmos postos. -----

----- De seguida, interveio o **Conselheiro Senhor Vítor Silva** para mencionar que, a nível dos Sindicatos estavam dispostos, enquanto parceiros, para contribuir na tentativa de alterar a situação actual. Que concordava com o que tinha sido dito pelo **Conselheiro Roberto Monteiro**, apenas não concordava com alguma coisas referidas pelo **Conselheiro Carlos Santos** quanto à legislação Laboral. Mencionou que os Códigos de trabalho tinham sido alterados com frequência e que achava que primeiro tinha que se fazer um diagnóstico da qualidade da Gestão das Empresas, pois o problema estava na Gestão e Organização das mesmas. Outro ponto que referiu foram as Políticas dos transportes, que enquanto não fossem alteradas, tornava-se complicado a nível das



## CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

Importações/Exportações e ao desenvolvimento do Turismo, a que se tinha dado muito ênfase, mas era necessário resolver a acessibilidade e os transportes para a Ilha. -----

----- De seguida referiu alguns problemas como: que se tinha de apostar e desenvolver a marca AÇORES para a criação de empresas, que o pagamento por organismo públicos tinha de ser mais rápido do que tem sido, uma melhor rentabilização dos quadros comunitários. Finaliza dizendo que, quanto à Proposta da Câmara de Comércio de ser criado quinhentos empregos, que do ponto de vista sindical, era uma boa proposta mas dentro de certas normas, tinha de haver um equilíbrio de entre as partes. -----

----- O **Senhor Presidente da Mesa** interveio salientado que não tinha sido referido ainda que a temática do emprego era fundamental, que o objectivo da reunião era ver se os empresários entendiam que o factor trabalho e a legislação laboral era impeditiva ou não da competitividade das empresas. Que a Câmara do Comércio achava que sim, os sindicatos tinham outra visão. Outro aspecto que ainda não tinha sido referido era o aumento do trabalho feminino que achava fundamental, que nos últimos oito anos aumentou na região cinquenta e dois por cento e a produtividade laboral aumentou em todos os sectores da actividade económica. -----

----- A **Senhora Conselheira Rita Branco** usou da palavra para salientar que estava de acordo com o que tinha sido dito pelo **Conselheiro Carlos Santos** que o problema tinha a haver com o desempenho laboral dos funcionários tanto em empresas públicas como privados. -----

----- O **Conselheiro Senhor Fernando Sieuve Meneses** usou da palavra para referir que estava de acordo como o que tinha sido dito por todos os Conselheiros. Lembrou que os Açores estavam enquadrados numa globalização e que a produtividade dependia disso. Deu o exemplo da Alemanha que recentemente baixou os ordenados e o mercado interno continuava a funcionar. Isso porque tinham uns custos de mercado interno mais baixos e esses custos, em termos de exportação, eram baixos o que permitia que as pessoas pudessem manter um nível de vida aceitável porque vendiam à Europa Energia Eléctrica que era produzida por Centrais Nucleares. A Região tinha uma economia muito cara e custos de produção muito elevados e que era difícil fazer face a essa situação. ----

----- Quanto às importações, o **mesmo Conselheiro** ouviu com agrado o que tinha sido dito pelo **Conselheiro Roberto Monteiro** e que não era aceitável que, a nível de frescos e hortofrutícolas, se fizessem importações que andavam à volta de vinte milhões de euros, mas que a Região tinha capacidade de produzir setenta e cinco por cento do que importava. Que a economia, a nível Região, crescia não era apenas com a exportação mas retendo a importação. -----

----- Quanto à mão-de-obra, o **mesmo Conselheiro** salientou a Fruter tinha tido algumas situações complicadas em conseguir trabalhadores indiferenciados, como deu um exemplo, para a recepção de mercadorias, porque no Centro de Emprego as pessoas eram mal classificadas, tinham algumas falhas. -----

----- Finalmente focou que, quanto aos transportes, portos e aeroportos preferia falar do assunto em separado, mas em termos de competitividade as Empresas Açorianas já muito tinha sido dito para tirar conclusões para o melhoramento da competitividade e, em termos dos investimentos, existiam sectores que valiam a pena ainda investir. -----

----- De seguida, participou o **Conselheiro Senhor Clélio Meneses** pediu também permissão para falar dos dois temas em conjunto. Ofereceu cinco pontos essenciais para promover a competitividade da economia da Ilha Terceira e Açores que eram, perante a situação de crise para o qual a região passava, era necessário promover e valorizar os produtos locais aos mais variados níveis, como o caso da Energia, a capacidade



## CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

endógena de produzir energia e analisar a produção/importação/exportação, avaliando a capacidade de auto-sustentação. Os outros pontos eram a aposta na Demografia; na Política dos Transportes quer em termos aéreos quer marítimos, pois era essencial à Ilha uma frota fixa da SATA da Terceira, Localização Geográfica, valorização da centralidade da ilha no; e o quinto ponto era apostar na Imigração, apostar nas capacidades económicas dos imigrantes para o desenvolvimento da Ilha. -----

----- O **Conselheiro Senhor Cota Rodrigues** usou da palavra salientando que, quanto ao ponto mencionado **Conselheiro Clélio Meneses** a propósito da Energia, apenas queria acrescentar que as duas Câmaras Municipais da Ilha estavam a estudar uma solução para a valorização energética dos resíduos indiferenciados, quer para produção de bio-combustível, quer para a produção de energia eléctrica, solução que poderia dar um grande impacto económico para a Ilha e criar novos posto de trabalho. -----

----- O mesmo **Conselheiro** ainda salientou que, quanto à Política de Emprego, tinha vindo a notar um défice no Empreendedorismo, que se devia fomentar mais o Empreendedorismo junto dos jovens recém-licenciados, pois havia ainda sectores por explorar como eram o caso das energias do ambiente, turismo, contrariando a ideia que se estavam a formar para irem para empregos públicos e porque não empreenderem ele próprios. -----

----- De seguida interveio o **Conselheiro Senhor António Toste** acrescentando que o problema das empresas tinha, em grande parte, a ver com a liquidez, pois a banca cortou a crédito às empresas, mas que o Governo Regional, estando empenhado em fazer algo pela Região, tinha-se portado bem com as medidas que tinham feito e que não achava que era a “conta-gostas”, como referido pelo **Conselheiro Vítor Silva**, mas eram as medidas tinham sido tomadas consoante cada situação. Salientou o facto de que concordava com o que tinha sido dito pelo **Conselheiro Fernando Sieuve**, apenas acrescentou que, quanto à agricultura, muito já tinha sido feito e que o números que possuía demonstrava que desde mil novecentos e oitenta e cinco a dois mil e oito produzimos mais quarenta por cento de leite e de mais qualidade e os produtores tinha havido uma quebra de trinta e seis por cento, ou seja havia menos produtores mas a produção aumentou e com mais qualidade. -----

----- Quanto ao desemprego, aditou que o meio número de desempregados verificava-se em pessoas sem classificação, que a grande aposta devia ser na formação destas mesmas pessoas. Concluiu, afirmando que, quanto aos transportes a tinham de ser pensados as melhores formas de resolver a situação pois era fundamental para a Região.

----- Interveio, em segunda instância, o **Conselheiro Senhor Roberto Monteiro** para realçar que os números eram indiscutíveis quanto ao aumento do emprego feminino e à criação líquida de Postos de Trabalho, como referiu o **Senhor Presidente da Mesa.**, e que era de realçar que muito já tinha sido feito. Outro aspecto que realçou foi o facto tinha de haver uma revolução na mentalidade e equilíbrio entre patrões e empregados. Mencionou que, como falou o **Conselheiro Clélio Meneses**, quanto à diáspora, que era um meio para Potenciação Económica e que a região devia aproveitar estes meios para o seu desenvolvimento. Finalizou salientando que o problema das empresas não achava ser devido à liquidez mas sim à falta de complementaridade entre empresas. -----

----- De seguida interveio o **Conselheiro Senhor Clélio Meneses** salientou que na sua primeira intervenção não tinha feito uma abordagem político-partidária, apenas enumerou os cinco pontos essenciais para promover a competitividade da economia da Ilha Terceira. Como foram mencionados números, queria focar que existiam números ainda mais preocupantes, como era o caso de existir mais mil desempregados que em



## CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

1995, número que preocupava tanto a nível das famílias como da sociedade em si. Quanto à Crise Mundial, os Açores tinham sido a região que, de dois mil a dois mil e seis, mais recebeu per capital da União Europeia, receberam 5 mil e quarenta e cinco euros. As regiões mais pobres da Europa receberam em média mil e quinhentos euros por habitante, ou seja, que os Açores receberam por habitante mais três vezes que a média das regiões mais pobres da Europa. O outro ponto tinha a ver com o PIB, que em 2006, 2007 e 2008 que o PIB dos Açores tinha diminuído em relação à media Europeia. Eram todas situações preocupantes. -----

----- O **Conselheiro Senhor Vítor Silva** usou da palavra para expor que, do ponto de vista sindical, os sindicatos tinham toda a disponibilidade para se juntar às outras entidades, como a Câmara do Comércio, o Governo Regional, para se arranjar uma solução pois era uma situação grave. Quanto à intervenção feita pela **Conselheira Rita Branco** não estava de acordo porque referiu que nem todos os funcionários desempenhavam mal as suas funções e que, por vezes o desempenho dos funcionários tinha a ver com a falta de segurança que sentiam, pelo medo de ficar sem emprego. Além disso, como tinha salientado na sua primeira intervenção, o **mesmo Conselheiro** enumerou que uma das soluções que poderiam ser tomadas era reunir todas a entidades envolvidas para se debruçar sobre todas políticas de estratégia ao emprego, desemprego, estratégia contra o desemprego e para criar emprego, e ver uma estratégia central que era a qualificação dos recursos humanos. -----

----- Ouvidas as diversas participações dos Conselheiros presentes, o **Senhor Presidente da Mesa** agradeceu a todos os contributos e, antes de passar ao segundo ponto, enumerou alguns factores condicionantes que iriam ser passados à Comunicação Social. -----

### -----2. PROBLEMÁTICA DAS INFRA-ESTRUTURAS PORTUÁRIAS E AEROPORTUÁRIAS NA ILHA TERCEIRA-----

----- O **Senhor Presidente da Mesa** lembrou que muito já havia sido dito no ponto anterior. -----

----- O **Conselheiro Senhor Carlos Santos** usou da palavra salientando que, a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo estava a liderar o processo das Plataformas Logísticas, que o estudo que estava a ser feito, os resultados ia expressar se a Ilha deveria ou não ter uma Plataforma Logística. -----

----- O **Presidente da Mesa** interveio que tinha consigo a um recorte do artigo do Jornal do ex-diretor da Administração dos Portos da Terceira e Graciosa sobre o Porto da Praia da Vitória e o seu ponto de vista era que achava fundamental como porta para as outras Ilhas mas se nasce-se da uma iniciativa privada.-----

----- De seguida interveio o **Conselheiro Senhor Fernando Sieuve Meneses** mencionando que era também do acordo a construção da Plataforma Logística apenas seria viável se contribuísse para que as outras ilhas tivessem redução de custos nos transportes de mercadorias mas com uma política de Transportes diferente da actual.-----

----- Quanto ao Aeroporto tinha muito aspectos negativos, achava que tinha de ser reivindicado pois com as políticas que a força aérea colocava era um problema que esmagava a o funcionamento da economia da Ilha porque nem aviões de emergência podiam aterrar sem três dias de antecedência. -----



## CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

-----O **Conselheiro Senhor António Toste** usou da palavra para questionar o **Conselheiro Senhor Fernando Sieuve** quais os outros aspectos que achava que não funcionavam no aeroporto. -----

----- O **Conselheiro Senhor Fernando Sieuve Meneses** respondeu que na secção de cargas, que há dois anos tinham a SATA informado as empresas que tinham um projecto para aumentar o espaço das cargas e até ao momento nada tinha sido feito. Quanto aos passageiros, tinha falta de lógica de funcionamento e falta de logística. -----

----- O **Senhor Presidente da Mesa** questionou o Conselho se sabiam em que fase o Projecto para a Secção de Cargas se encontrava. A resposta dada pelo Conselho era que o projecto estava em fase de conclusão para um novo armazém de cargas. -----

----- Outro ponto que o Senhor Presidente da Mesa questionou foi, com referido pelo **Conselheiro Roberto Monteiro** quanto à Plataforma Logística, se estava a ser elaborado algum estudo. O Conselho respondeu que sim. -----

----- O **Conselheiro Senhor Cota Rodrigues** usou da palavra para referir que, no seu entender, o Aeroporto tinha instalações confortáveis, muito melhores do que as que existiam anteriormente, dignos e, em termos funcionais, funcionava muito bem. -----

----- Finalmente interveio o **Conselheiro Senhor Roberto Monteiro** para salientar o facto de se estar a confundir a Plataforma Logística com o baldeamento de contentores para as outras ilhas. Que o estudo que estava a ser feito era para analisar tanto o baldeamento de contentores como também a captação de tráfego entre os Continentes Americano e Europeu. O estudo tinha de ser visto por etapas e que a primeira etapa era criar um Gateway e a partir desse momento concordava que tinha de haver uma envolvimento dos privados na solução. -----

----- E nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Mesa** informou o Conselho que ia dar conhecimento a todos os Conselheiros da Proposta de Nota de Imprensa e agradecia o contributo de todos. Por fim agradeceu a colaboração de todos os Conselheiros presentes e deu-se por encerrada a reunião, pelas 13:35 horas, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Senhor presidente da Mesa do Conselho de Ilha da Terceira. -----

O presidente da Mesa

---

António Gabriel Fraga Martins Maio